

POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Talytha Miranda Silva Figueirêdo¹

Thaís Maria Lima da Mota²

RESUMO

Diretamente ligados à historicidade do Brasil, a pobreza e exclusão social estão conectados diante a todos os acontecimentos históricos em nossa realidade, tendo seu desenvolvimento contribuído através do capitalismo. Diante a este contexto da questão social, a expansão da pobreza, desigualdade, racismo, exploração das classes vulneráveis, abordaremos a constante luta na garantia dos direitos sociais, evidenciando que nessas determinadas situações constituem na violação da dignidade humana e precisamos de iniciativas urgentes para combatê-las. Perante o exposto, o trabalho propõe abordar de forma bibliográfica o nascimento, expansão e reprodução da questão social, alcançando melhor conhecimento, rebatendo a percepção preconceituosa e as formas de enfrentamento. Paralelo a isso, trazendo o serviço social como profissão no combate à garantia de direitos da população em vulnerabilidade social.

Palavras - Chave: Questão social. Pobreza. Serviço Social.

SUMMARY

Directly linked to the historicity of Brazil, poverty and social exclusion are connected to all the historical events in our reality, with their development contributed through capitalism. Faced with this context of the social issue, the expansion of poverty, inequality, racism, exploitation of the vulnerable classes, we will address the constant struggle to guarantee social rights, showing that in these certain situations they constitute a violation of human dignity and we need urgent initiatives to combat this. them. In view of the above, the work proposes to approach the birth, expansion and reproduction of the social issue in a bibliographic way, achieving better knowledge, rebutting the prejudiced perception and the ways of coping. Parallel to this, bringing social service as a profession in the fight to guarantee the rights of the population in social vulnerability.

Palavras - Chave: Social issue. Poverty. Social service.

¹ Graduanda em Serviço Social na Faculdade de Ciências Humanas - ESUDA

² Graduanda em Serviço Social na Faculdade de Ciências Humanas - ESUDA

1. Introdução

O objetivo do presente artigo, não é apenas proporcionar conhecimento preciso sobre como estão conectados a pobreza, exclusão social e os direitos humanos, mas oferecer uma visão crítica sobre o aumento da desigualdade, onde é preciso evitar ser banalizada e naturalizada, que se faz imprescindível enxergar a qualidade de vida de todos. A exclusão social se materializa de diversas formas, podendo ser compreendida como categoria da desigualdade social e objetiva-se extrema pobreza. Mas afinal o que é considerado extrema pobreza? Podemos considerar uma população em extrema pobreza aquela que sobrevive com um renda mensal de R\$89,00 por pessoa (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2022). Para Melo, Freire e Freire (2019) Podemos considerar que as desigualdades sociais, exclusões (extrema pobreza) e direitos humanos no Brasil apresentam causas históricas, políticas, econômicas e culturais.

Na exposição do trabalho, adotamos uma divisão em três partes, além da introdução e considerações finais. Inicialmente apontaremos como o modo de produção capitalista sempre esteve incluindo no serviço social, e foi nele onde se formou a classe trabalhadora, a partir da Revolução Industrial, onde esta classe foi explorada e deteriorada, surgindo como resultado a Questão Social.

Na segunda parte, analisamos a extrema pobreza, em sua falta de recursos básicos para a sobrevivência e bem-estar social, mas sabemos o quão complexo é conceituá-la. Encarar a pobreza é contrapor com diversos fenômenos sociais, e o assistente social trabalha um dos mediadores dessa situação, atuando de forma ética e justa, já que, respectivamente, os princípios de um estão contidos no outro.

Por fim, analisamos as requisições e competências requeridas aos assistentes sociais que atuam nas políticas públicas. Possibilitando a identificação das demandas exercidas na execução das políticas públicas, competências e impactos, possibilitando o reconhecimento das atividades desenvolvidas com o usuário e observar que as requisições e demandas de trabalho são reconstruídas e determinadas também pelos impactos das expressões da questão social.

2. Expansão do Capitalismo e o nascimento da Questão Social

O modo de produção capitalista sempre esteve e continua estando em constante debate dentro dos campos do Serviço Social. O estudo desse sistema e seus desdobramentos explicam muitos fenômenos hoje presentes na sociedade. A partir da desestruturação do sistema feudal – modelo econômico e social, baseado na terra e na relação de fidelidade entre homens – surge o capitalismo, que pode ser entendido como um sistema econômico no qual o principal objetivo se dá pela obtenção do lucro e da proteção da propriedade privada. O acúmulo de capital, tanto pelos governos quanto pelos indivíduos, é representado na forma de bens e dinheiro. Por trás de um cenário muito bem arquitetado pelo capitalismo onde existe a grande capacidade de geração de riquezas, as expressões da famosa Questão Social começam a surgir e outras a se agravar devido a forma desigual que esse sistema age, pois apenas uma restrita parcela da população mundial detém a maioria das mesmas.

Foi no momento de expansão do Capitalismo que se formou a classe operária/trabalhadora. A formação dessa classe deu-se a partir do desenvolvimento das grandes potências industriais na Europa a partir do século XVIII, por conta do fenômeno da Revolução Industrial - movimento que revolucionou a força de trabalho e os mecanismos de produção, dando origem a esse novo grupo de trabalhadores que impulsionou a economia dos países. Por conta da expansão das indústrias, a alta demanda de serviços explodia nas metrópoles e exigia conseqüentemente um número cada vez maior de trabalhadores convocados a atuarem nas fábricas. Porém, a classe operária se sentia cada vez mais explorada por esse sistema que só beneficiava a uns poucos e muitos não.

A partir disso nasce o termo da Questão Social, que é o conjunto de expressões da desigualdade social. A pobreza, a exploração do trabalho, a vulnerabilidade social e a exclusão social são exemplos claros de expressões que ficaram bem evidentes nesse momento, e é dentro deste cenário de insatisfação da classe trabalhadora com o sistema capitalista, que se valia da exploração do trabalho como forma de aquisição de lucro, que o Estado então, estrategicamente, visando a preservação e controle contínuos da força de trabalho, passa a intervir nas sequelas da questão social, propondo a formação das políticas sociais como mediadoras da situação.

Atualmente, a análise da Questão Social é o objeto de estudo do Serviço Social, e entender a formação da mesma é de extrema importância para esse debate. Na verdade, todos os fenômenos relacionados a ela sempre existiram, porém muitos se intensificaram com a expansão do capitalismo. Quando o Serviço Social é utilizado para ser o mediador dessa disputa entre população e estado, é considerável ressaltar que as conquistas dessa profissão sempre foram construídas através de muita luta e mobilização. As políticas sociais também

tiveram origem sob esse viés e é importante salientar que houveram muitas mudanças durante o trajeto da profissão. A questão social já teve várias formas de enfrentamento, já que ela foi vista como caso de polícia antes da década de 30, onde era duramente reprimida, e depois da década de 30, onde foi legitimada e passou a ser um caso de política. Foi no Governo Vargas que esta legitimação da questão social se deu, e o Estado passou a ser o responsável pela resolução dos problemas sociais, mas vale ressaltar que o Governo Vargas era populista e marcado por teorias de integração social, paternalismo e ainda com caráter repressivo, e com isso o tratamento da questão social se dá pelo encobrimento dos antagonismos capitalistas, onde a repressão é camuflada nas leis trabalhistas, visando alienar a população para que esta se sentisse assistida socialmente e reconhecida enquanto classe portadora de seus direitos e de sua cidadania, onde os direitos concedidos, não são vistos como conquistas dos trabalhadores e sim garantias dadas pelo Estado, para a suavização das mazelas sociais, para dar a ideia de um Estado preocupado com a questão social brasileira, evitando assim a reivindicação, greves e lutas pela melhoria de condições de vida da população.

A Questão Social no âmbito do Serviço Social é um determinante básico deste como profissão, segundo Yamamoto é “a base de sua fundação como especialização do trabalho” ou seja foi necessário uma maior qualificação para o enfrentamento das problemáticas sociais geradas pelo capitalismo do século XIX. Dentro deste contexto de emergência do Serviço Social vale destacar que a Igreja Católica foi pioneira no enfrentamento das desigualdades sociais pois desenvolvia a prática filantrópica, o catolicismo social, ações doutrinárias que levaram a criação do Centro Dom Vital, as Conferências Católicas e a Revista Ordem que era pressuposto obrigatório para o engrandecimento da intelectualidade católica.

Portanto, retornar ao passo e lembrar a trajetória do Serviço Social é automaticamente nos remeter às conquistas do presente. A profissão tem na questão social, os fundamentos sócio-históricos que permitem a atuação desse profissional, que tem nas necessidades da sociedade, nas desigualdades sociais, nas formas de reprodução e produção da vida social, seu principal aspecto interventivo. Não que o Serviço Social seja só um reflexo das expressões da questão social, mas sim que essas dinâmicas sociais são determinantes na formação do profissional, pois é a intervenção do assistente social que viabiliza, planeja, executa e avalia programas e políticas públicas.

3. A Pobreza, a exclusão social e os direitos humanos na contemporaneidade

É comum sempre que se fala de Serviço Social, remeter a termos como: pobreza, fome, vulnerabilidade social, exclusão social e outros. Todos esses fenômenos se referem às expressões da Questão Social, que, tem como o Assistente Social, o profissional que reage combatendo essas tais.

Podemos considerar uma população em extrema pobreza aquela que sobrevive com um renda mensal de R\$89,00 por pessoa (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2022). No senso comum, a pobreza é definida como a falta do que é necessário para o bem-estar material – especialmente alimentos, moradia, terra e outros ativos. Em outras palavras, a pobreza é a falta de recursos múltiplos que leva à fome e à privação física. Mas, na verdade, conceituar a pobreza é algo extremamente complexo. A pobreza pode (e deve) ser estudada através de várias perspectivas e não apenas sob o viés econômico. Lidar com a pobreza é automaticamente bater de frente à diversos outros fenômenos sociais como a fome, a desigualdade social, o racismo e outros. As pessoas que se encontram dentro desse quadro de vulnerabilidade social na maioria das vezes é dependente do Estado para suprir suas necessidades básicas. Como já dito, a pobreza não pode ser estudada apenas em cima de um tal valor de renda, mas vista de modo geral como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo - que, na maioria das vezes está encaixado em um estereótipo que está enraizado na sociedade e continua se perpetuando.

De acordo com um levantamento feito pelo IBGE (2022) no estudo de “Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil”, 75% das pessoas que vivem na miséria eram de cor preta ou parda em 2018, parcela apontada como desproporcional, já que essa população representa 55,8% do total de brasileiros (207,7 milhões). Com essas informações, é possível notar que a vulnerabilidade social está alocada principalmente em uma parcela específica da sociedade. É aquela mesma que enfrenta fila nos hospitais, que não tem emprego, que recebem benefícios do Estado para ter o mínimo, que são marginalizadas pelo corpo social sendo alvos de discriminação, de racismo, de acusações e outros. Infelizmente esse é um debate antigo, que mesmo com muitas mobilizações e conquistas a favor dessa população, permanece fortemente na sociedade.

Uma das nossas grandes conquistas históricas foi a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo este um documento que assegura direitos que toda pessoa deve ter. A Segunda Guerra Mundial resultou na perda de um grande número de pessoas, sobretudo com as muitas violações a direitos individuais cometidas por governos fascistas durante o período. Logo após o fim do conflito, formou-se a Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo declarado é trazer paz a todas as nações do mundo. Além disso, foi

criada uma comissão, liderada por Eleanor Roosevelt, com o propósito de criar um documento onde seriam escritos os direitos que toda pessoa no mundo deveria ter. Esse documento é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, formada por 30 artigos que tratam dos direitos inalienáveis que devem garantir a liberdade, a justiça e a paz mundial.

É sempre importante lembrar sobre o que dispõe os Direitos Humanos pois eles correspondem a necessidades essenciais da pessoa humana, para que a pessoa possa viver com dignidade, sendo a vida um direito humano fundamental. O Serviço Social é uma profissão que deve estar alinhada aos Direitos Humanos. Essa defesa carrega uma importante dimensão ética e alta responsabilidade pela coerência. Também implica obstáculos, contradições, dúvidas e erros. A defesa desses direitos é o desejo por uma sociedade mais justa e igualitária, porém contando também com os diversos fenômenos da Questão Social.

Portanto, o Assistente Social como um dos mediadores dessa situação precisa estar alinhado a esses direitos, sempre atuando de forma ética e justa, já que, respectivamente, os princípios de um estão contidos no outro. Por isso, na formação acadêmica torna-se indispensável o conhecimento histórico social dos Direitos Humanos como instrumento básico que será utilizado na atuação profissional do assistente social. Tendo como convicção que, se em nossa formação não nos apropriarmos do entendimento da importância dos Direitos Humanos e seus órgãos de representação e intervenção, estaremos enfraquecendo a ação profissional nas diferentes áreas em que atua o Serviço Social, e de modo geral, enfraquecendo a categoria, que em sua formação histórica após o movimento de ruptura, optou por lutar ao lado da classe trabalhadora, como o objetivo de superação dos moldes de sociedade atualmente em vigor.

4. O Serviço Social e as Políticas Públicas.

O campo das políticas públicas está carregado de diversas fragmentações sociais, por meio disto é necessário reconhecer que o serviço social vem se fomentando mediante seu exercício profissional de natureza analítica e interventiva, o que concretiza os assistentes sociais a planejar e construir devolutivas profissionais através das necessidades sociais, identificadas pelos sujeitos que vivem nesta realidade social. O assistente social atua nas contradições existentes em nossa constituição capitalista, onde ao mesmo tempo que responde pelo empregador, também interpreta o campo de atuação no qual está inserido, ou seja, uma profissão pleiteada pelo Estado e suas instâncias para atender as necessidades

sociais decorrentes da questão social. Conforme Torres (2015, p. 05) “Para a identificação dessas necessidades, toma como referência: o reconhecimento das expressões da "questão social"; a análise da realidade social; identifica demandas de atendimento e finca a atuação calcada na perspectiva dos direitos.”

Através do seu processo de formação e saberes, são construídas devolutivas profissionais direcionadas para qualquer tipo de demanda apresentada pela (o) usuária (o), neste processo o desempenho profissional é formado a partir do conhecimento e entendimento do seu fazer profissional. As demandas realizadas pelos assistentes sociais devem ser analisadas pontualmente através de suas particularidades. O início da profissão no Brasil em 1930 nas Escolas de Serviço Social, eram formadas por mulheres da alta sociedade da igreja católica, tendo por objetivo o controle da classe trabalhadora por meio da família especificamente mulheres, e suas intervenções decorrentes dos problemas sociais.

As usuárias recorriam aos serviços das assistentes sociais, e essas profissionais direcionavam a responsabilidade dos problemas sociais para a família, especificamente para a figura da mãe, incumbida do bem-estar, do cuidado e do equilíbrio da instituição familiar e da sociedade. (SILVA, 2019, p.82)

Desde os primórdios da sua profissão os assistentes sociais têm seu trabalho direcionado à classe que vivem em condições de pobreza, excluídas da produção de bens e serviços, procuram nos assistentes sociais o profissional que podem orientá-los a garantir suas necessidades sociais. Exerce em diversas políticas públicas, como a Saúde, Assistência, Previdência, Educação, Lazer, Infraestrutura, dentre outros, é reconhecido como um dos protagonistas na produção de conhecimento sobre estes temas que são essenciais para interpretar a realidade social.

O serviço social vem ganhando visibilidade através do seu caráter argumentativo, porém em determinadas situações a discussão do conhecimento pode ser prejudicada pela dinâmica imposta nos campos ocupacionais, as precárias condições de trabalho possibilitam pouco espaço para que estes profissionais analisem de forma teórico – metodológico ético e político suas atividades. Isso favorece a descrição de cargo imposta pelas empresas, não obrigatoriamente com o objetivo de se impor contra elas, mas de analisar, considerando a construção de respostas profissionais que tenham relação com a realidade social e condições objetivas de cada sujeito.

O assistente social atua na garantia e luta dos direitos sociais da população, seja relacionados a benefícios; direitos constitucionais; atendimento e acompanhamento da população em vulnerabilidade social; mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de violência e desproteção social; realização do Cadastro Único, identificação de famílias para verificação de necessidades e na realização de ações para a garantia do acesso às políticas públicas (CRESS PR, 2021). Toda atuação do assistente social deve ser fundamentada em políticas e estratégias de viabilização de direito, tais ações não podem ser confundidas com assistencialismo que são relacionadas a caridade como doações de dinheiro, comida e diversos tipos de materiais.

As competências estabelecidas pela profissão estão representadas através da Lei da Regulamentação Profissional nos artigos 4º e 5º, onde entendemos o que é crucial para construção de respostas profissionais decorrentes das demandas inerentes à sociedade capitalista. “A intervenção está atrelada às três direções presentes desde a formação do assistente social: teórico e metodológica; ético e política e técnico-operativa” (TORRES, 2015, p. 11) essas mediações afloram as determinações constitutivas destas intervenções.

Compreender historicamente a profissão como uma especialização do trabalho coletivo é importante para construir e fortalecer o significado social numa perspectiva de direitos, além disso, o exercício profissional é reconhecido através das respostas interventivas que contribui para a reprodução da totalidade e do processo social. Ou seja, os assistentes sociais reconhecem as relações sociais e os interpretam a partir dos fenômenos sociais decorrentes da questão social.

Conclusão

Diante do exposto neste trabalho, fica claro que a categoria Questão Social é fundamental para o serviço social, pois é o nosso objeto de intervenção. Porém existem defensores da “nova questão social”, que partem do pressuposto das mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo que rompem com o período capitalista industrial e com a “questão social”, porém não existe uma “nova” questão social, para Pastorini (2004 p.103) a questão social tem sua raiz na sociedade capitalista deve ser pensada como parte constitutiva dessa sociedade que nos diferentes estágios produz distintas alterações.

Uma análise das políticas sociais no Brasil revela a adoção de programas sociais fragmentados, descontínuos e insuficientes para resultarem em impactos significativos em meio aos grandes indivíduos necessitados. Tem sido pouco implementadas as "políticas de integração", ou seja, aquelas capazes de produzir grandes equilíbrios de caráter preventivo e não só reparador.

Pode-se ter, por conseguinte, uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada, permitindo o funcionamento da ordem com o controle social das políticas sociais (SILVA, 2008, p. 149). Dessa forma, a pobreza, ao ser considerada tão somente carência de renda, vem sendo reduzida, mantendo-se, porém, inalterada a grande concentração de propriedade que sempre marcou a sociedade brasileira.

Diante disso, o assistente social em sua profissão é fundamental para atender as expressões do exercício profissional, as mediações entre a teoria e prática da dimensão interventiva. Compreender a profissão vai além da lógica; da relação entre usuário e profissional; do planejamento de ações nos campo sócio ocupacionais, incluindo o que é necessário para o posicionamento entre a questão social. Ainda neste sentido a importância do assistente social avaliar seu trabalho e reconhecê-lo inserido na dinâmica da vida social.

REFERÊNCIAS

BRASIL; Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em:

<<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>> Acesso em: 15 nov. 2022

_____, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS - Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de assistente social, 1993.

CRESPO, A. GUROVITZ, E. A Pobreza como um fenômeno multidimensional.

RAE-Eletrônic, São Paulo, v. 1, n. 2, 2002. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em: 15 nov. 2022

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEITE. M. SANTOS. J. Trabalho: atividade vital, exploração e alienação - uma análise à luz da teoria marxista. *In: O DESENVOLVIMENTO DA CRISE CAPITALISTA E A ATUALIZAÇÃO DAS LUTAS CONTRA A EXPLORAÇÃO, A DOMINAÇÃO E A HUMILHAÇÃO*, VI., 2013, São Luís/Maranhão. **Anais da 6ª Jornada de Políticas Públicas**. Maranhão, 2013. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo2-transformacaoesnomundotrabalho/trabalho-atividadevital-exploracaoalienacao_umaanalisealuzdateoriamarxista.pdf> Acesso em: 14 nov. 2022.

MILHOMEN. L. Classe operária – Surgimento, história e direitos trabalhistas. Goiás:

Conhecimento Científico, 19 mar, 2021. Disponível em:

<<https://conhecimentocientifico.com/classe-operaria/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PASTORINI. A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, PODER360. Taxa de pobreza de pretos e pardos é duas vezes maior, diz IBGE. 2022.

Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/brasil/taxa-de-pobreza-de-pretos-e-pardos-e-duas-vezes-maior-diz-ibge/>> Acesso em: 15 nov. 2022.

SILVA e SILVA, M. O. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico- metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, M. O. ***O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil***. São Paulo: Cortez, 2001

TORRES, M. M. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: Competências e atribuições. JOINPP, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/o-trabalho-do-assistente-social-nas-politicas-publicas_-desafios-cotidianos.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.